

Decisão sobre voto no DF fica para o dia 12

A Emenda Constitucional n.º 38, do deputado Alceu Collares (PDT-RS), que propõe a representação política para o Distrito Federal não pôde ser votada ontem, em primeiro turno, por falta de quorum. Uma nova sessão foi marcada para o dia 12, às 19 horas, quando então será realizada a votação final da Emenda em dois turnos. Na abertura da sessão de ontem, estavam presentes 229 deputados e 35 senadores, que assistiram durante alguns minutos a discussão do projeto, tendo como relator o vice-líder do governo, deputado Djalma Bessa (Bahia), nomeado na hora pelo presidente da sessão, senador Passos Porto (PDS-SE). Os parlamentares, porém, retiraram-se do plenário, antes que a Emenda pudesse ser votada.

Djalma Bessa adotou o parecer contrário elaborado pelo deputado Isaac Newton (PDS-RO), relator da Comissão Mista, mas recusou-se a assiná-lo, temendo indispor-se com as oposições.

Nomeado para relator da proposta por encontrar-se na liderança do PDS, Djalma Bessa disse que não estava informado sobre o assunto, por isso acatou o parecer de Isaac Newton. "Como nunca houve eleições no DF, se isso ocorrer poderá perturbar a calma vigente aqui há tanto tempo".

— No momento não posso dizer se sou contra ou a favor da representação política. Caso o PDS libere os seus parlamentares, ficarei a vontade para fazê-lo. Porém, se o partido manifestar-se contra eu o seguirei, afinal sou vice-líder e não posso ir contra o meu partido", comentou Djalma Bessa.

Enquanto isso, Isaac Newton declarou que o parecer não era seu, já que não o assinou. "Se o vice-líder o adotou, a partir de agora não posso ir contra o meu partido". O deputado informou que não sabia que seu parecer seria aceito, pois não esteve no plenário. "Não tive tempo, estava resolvendo uns assuntos particulares".

POSIÇÕES

Durante a discussão plenária, dois deputados inscreveram-se para defender a proposta: Antônio Mariz (PP-PB) e João Hercúlio (PMDB-MG). Além deles, Maurício Fruet (PMDB-RJ), Israel Dias Novaes (PMDB-SP) e Milton Brandão (PDS-PI) também foram favoráveis.

Antônio Mariz disse em seu discurso que "excluir Brasília e seu povo da representação política significa a cassação coletiva de mais de um milhão de brasileiros. Por esses e outros motivos, o PP votará favoravelmente, para que a população de Brasília saia do mutismo a que foi condenada pelas leis de exceção e possa veicular as suas reivindicações através do Congresso Nacional e de uma Assembléia Legislativa".

Israel Dias Novaes frisou que o governo não quer a representação política para o DF "porque o brasileiro tende, naturalmente, a ser oposição e isso incomoda".



Luís Antônio

Collares espera aprovação da Emenda

Portanto, o governo não pode permitir a quem testemunha de perto a sua atuação o exercício do direito de voto".

Milton Brandão, como membro do PDS, acha que "já é tempo de ser estudada uma proposição que possa dar os direitos políticos aos habitantes desta capital. Estou certo de que os sentimentos democráticos do presidente Figueiredo hão de somar-se aos ideais do povo de Brasília e de todos nós, para que uma proposição acertada seja votada nesta casa em benefício da população do DF".

O deputado Maurício Fruet, que também tem uma Emenda sobre a representação política tramitando no Congresso, falou em seu nome e do Comitê Nacional pela Autonomia Municipal, que "Brasília, mais do que nunca, demonstra todas as condições para escolher livremente seus dirigentes e legisladores. Todo o povo brasileiro entende, conscientemente, que o brasileiro não pode mais ser tratado como relativamente incapaz".

Além desses parlamentares, membros do PMDB-DF informaram que estiveram conversando com o deputado Ludgero Raulino (PDS-PI) e este garantiu que votará a favor da Emenda.

REVOLTA

O deputado Alceu Collares está revoltado com a data marcada para a votação final de sua Emenda. "O governo está querendo arquivar a proposta da representação política no DF, mais uma vez. A sessão marcada para 19 horas será um fracasso, pois quinta-feira, à noite, são raros parlamentares que ainda se encontram em Brasília". Collares afirmou ainda que tentará antecipar a data e o horário da votação, para que a emenda não seja arquivada por falta de quorum.